

Governo tenta cassar liminar sobre o IPTU

A Secretaria de Fazenda não concorda com a liminar concedida pelo Tribunal de Justiça do DF (TJDF) que reduz de 1% para 0,3% a alíquota do IPTU dos imóveis que ao mesmo tempo são residenciais e comerciais e vai recorrer da decisão. O subsecretário de Receitas do GDF, Waldir Gonçalves, é muito claro: "A lei diz que a alíquota de 0,3% é exclusiva para imóveis residenciais". Com este argumento, o governo espera derrubar a liminar na Justiça.

Os prejuízos com mais uma decisão judicial desfavorável para o GDF ainda estão sendo contabilizados pela equipe econômica do governador Cristovam Buarque. Ele, inclusive, preferiu o silêncio e evitou comentar a liminar. Mas nos corredores do Palácio do Buriti o discurso é sempre o mesmo. Para os assessores do governador, essa decisão é apenas o início de uma série de outras que serão tomadas para desacreditar o governo e reduzir a arrecadação, com o endosso da Justiça.

O secretário de Governo, Swedenberger Barbosa, adotou uma linha mais amena para evitar qualquer confronto com o Judiciário. Disse que a Justiça interpretou a lei de uma forma diferente. "Nós, agora, vamos discutir com o Poder Judiciário como nós interpretamos a lei e chegar a um denominador comum", explicou. A liminar foi concedida na ação pública civil impetrada pelo Ministério Público, que classificou de "exorbitante" a alíquota de 1%.

JORNAL DE BRASÍLIA
15 MAI 1998